

## **Programa espacial brasileiro deve receber US\$ 100 milhões**

Revisão feita por especialistas servirá de argumento para maior investimento

A verba do próximo ano destinada pelo governo federal ao Programa Espacial Brasileiro pode chegar a US\$ 100 milhões. Pelo menos essa é a intenção do grupo que faz a revisão do programa, determinada pela Agência Espacial Brasileira. A primeira reunião foi concluída na sexta-feira.

Especialistas se encontraram no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, para iniciar as discussões sobre cinco áreas que compõem o programa: de observação da Terra, telecomunicações e Defesa, missões científicas, meteorologia e de infra-estrutura do próprio programa.

Relatórios de cada área serão concluídos até o fim do ano e apresentados ao governo federal. "O programa é uma das prioridades do governo e o pedido do ministro da C&T, Eduardo Campos, é de que o orçamento seja de US\$ 70 milhões", disse Luiz Carlos Moura Miranda, presidente da comissão de estudos e diretor do Inpe.

Segundo ele, a revisão servirá de argumento para que os investimentos superem os US\$ 100 milhões. "Talvez US\$ 120 milhões, o que significaria um avanço muito grande, não suficiente, mas extraordinário." O programa recebe cerca de US\$ 30 milhões por ano.

Os grupos, com especialistas de diferentes órgãos federais, têm como missão apontar projetos, necessidades e prioridades de cada área. Na primeira reunião foram estabelecidos prazos e critérios para o início da pesquisa. Em 30 dias será realizado novo encontro para que os grupos apresentem o que foi levantado.

A partir da análise desses temas, os resultados serão levados a debate, durante a Conferência de C&T, a ser realizada em Brasília em novembro. Também serão apresentados ao Ministério da C&T.

"Existe uma sensibilidade do governo em investir nessa área, já que o programa tem dado retorno à sociedade." Um dos retornos é a grande procura pelas imagens de sensoriamento remoto cedidas gratuitamente pelo Inpe.

"Foram 22.470 imagens cedidas em quatro meses para instituições educativas, empresas e órgãos que procuram pelo serviço." (Simone Menocchi, especial para o Estado)  
(O Estado de SP, 4/9)